



Cópia:

Do acórdão proferido nos autos de Recurso de Amparo Constitucional n.º 1/2018, em que é recorrente **João Baptista Delgado** e recorrido o **Tribunal Judicial da Comarca do Paul**.

TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

ACÓRDÃO N.º 10/2019

I - Relatório

1. **João Baptista Delgado**, melhor identificado nos Autos de Ação de Investigação de Paternidade n.º 03/17/18, veio arguir a nulidade do Acórdão n.º 02/2019, de 31 de janeiro, alegando, em síntese, que:

1.1. O referido acórdão não se pronunciou sobre a Adoção de Medidas Provisórias que tinha pedido;

1.2. O recurso de amparo n.º 1/2018, contrariamente ao decido pelo Acórdão n.º 02/2019, de 31 de janeiro, foi apresentado no prazo legal, tendo sido apenas considerado extemporâneo porque esse acórdão interpretou e aplicou erroneamente o disposto no n.º 2 do artigo 5.º da Lei do Amparo.

1.3. Termina o seu requerimento, formulando o pedido nos seguintes termos:

“Nesses termos e nos mais de direito, solicita à V. Excias a declaração de nulidade da própria sentença que decide rejeitar o recurso de amparo constitucional com efeitos de arquivamento dos autos.”

2. O pedido foi remetido pelo correio, tendo entrado na secretaria do Tribunal Constitucional, no dia 11 de fevereiro de 2019, às 14h:32 min.

2.1. o Juiz Conselheiro-Relator elaborou o Projeto de Acórdão para efeitos de distribuição, e, ao mesmo tempo, designou o dia 14 de fevereiro como data para a realização do julgamento do pedido.

II - Fundamentação

1. Em relação ao pedido de declaração de nulidade de decisões do Tribunal Constitucional, esta Corte tem reiterado, por unanimidade, o entendimento de que nada obsta que o possa conhecer, como se pode ver pela leitura, que deve ser sempre atenta, do trecho do Acórdão n.º 05/2019, de 7 de fevereiro:

“2.1. No âmbito dos autos INPS v. STJ, em que foi tirado o Acórdão nº 9/2018, de 3 de maio, publicado no Boletim Oficial, I Série, nº 35, 6 de junho de 2018, pp. 856-869, e na Coletânea de Decisões do Tribunal Constitucional, Praia, INCV, 2018, v. IV (2017), pp. 177-216, assumiu essa perspetiva, pois no geral, num sistema como o nosso, a possibilidade aberta pela lei processual civil a um interveniente processual de requerer aclaração de uma decisão ou a supressão de uma omissão de pronúncia eventualmente existente não pode atrair qualquer tipo de aversão judiciária, nem muito menos ser vista como uma forma de o reclamante passar um atestado de incapacidade a um determinado órgão judicial. Longe disso, é um modo legítimo de garantir que ela produza os seus efeitos e seja, dentro dos limites do razoável, compreendida pelos seus principais interessados e pela comunidade no geral. Poderá, nesta medida, desde que utilizada de forma ponderada e com base em boas razões, permitir a clarificação da mecânica por detrás da decisão judicial e do raciocínio lógico que a ampara, devendo ser vista como contribuição positiva, e, sobretudo, garante que as questões sobre as quais o Tribunal se deve pronunciar serão efetivamente apreciadas e decididas. Num contexto em que os tribunais são chamados cada vez mais a decidir sobre as mais diversas questões, com as exigências constitucionais existentes, uma mistura que poderá naturalmente determinar que passagens de arestos não sejam tão claros quanto o desejável ou até que o Tribunal se olvide de tratar questão que se impunha abordar e julgar, não se pode ver com desfavor esse instrumento processual. E, naturalmente, a existir e na medida em que se aplique ao Tribunal Constitucional, deve ser levado a sério e considerado devidamente. Assim sendo, aprecia-se com toda abertura de espírito, sendo irrelevante o facto de, como é natural no caso concreto, incidir sobre aresto da própria Corte Constitucional, pois, glosando um importante juiz constitucional de outras paragens – v. Brown v. Allen, Certiorari to the United States Court of Appeals for the Fourth Circuit, Justice Jackson (conc.), reproduzido na US Reports, v. 344, 1952, pp. 532-548, 540 – [do facto] de ser uma instância final em Cabo Verde, não decorre que seja infalível. Portanto, havendo

matéria a aclarar e cabendo à Corte fazê-lo, existindo vícios que infirmam, parcial ou integralmente, o acórdão exarado, o Tribunal, depois de proceder à avaliação que se impuser, não teria problemas em agir nos termos impostos pela Constituição e pela Lei”;

2.2. Ademais, no caso citado INPS v. STJ, o Tribunal já havia considerado que perante uma situação do tipo o órgão judicial competente para conhecer do eventual pedido seria sempre o Tribunal Constitucional e já havia reconhecido o direito de todo o jurisdicionado fazê-lo, no sentido de este prolatar as suas decisões de tal forma a permitir a sua compreensão por aquele, argumentando concretamente que é evidente que, como resulta da própria Lei Fundamental, a Corte da Polis, como já se tinha considerado por meio do Acórdão 7/2018, de 5 de abril de 2018, Joaquim Jaime Monteiro v. CNE, Rel: JC Pina Delgado, publicado no Boletim Oficial, I Série, nº 21, 11 de abril de 2018, pp. 505-528, 3.1.2., é um tribunal especial que, em matéria do Direito Constitucional, profere, do ponto de vista do direito interno, decisões irrecorríveis, pelo menos no sentido estrito da palavra. Portanto, nesta perspetiva ressalta que a necessidade de precisar eventuais trechos obscuros ou ambíguos como pressuposto de preparação de um recurso à decisão judicial perante outro órgão judiciário interno não se coloca; as únicas reações possíveis, em princípio, teriam por destinatário o próprio Tribunal Constitucional. O conhecimento pleno dos fundamentos de uma decisão judicial decorre de uma norma objetiva do sistema que também tem uma dimensão subjetiva em alguns casos, quando se associa ao direito à tutela jurisdicional efetiva, atendendo que ela poderá condicionar a utilização de mecanismos de reação a decisões judiciais, nomeadamente quando um interveniente processual pretenda recorrer. Neste caso, não se trata de uma situação desta natureza, designadamente porque em tese já não haveria meios de recurso no sentido estrito da decisão tirada por meio do Acórdão 15/2017, de 26 de julho, de que se reclama. Porém, mesmo fora deste quadro mais instrumental, naturalmente, não deixa de ser direito de um recorrente obter uma decisão judicial em termos segundo os quais possa compreender os seus fundamentos e, assim, a sua racionalidade. Assim, o dever de clareza das decisões judiciais não se esgota naquela dimensão mais instrumental, mas no pressuposto de que qualquer jurisdicionado tem um direito de, objetivamente, receber dos tribunais a prestação jurisdicional de tal modo a compreender as razões que motivam as suas decisões, sobretudo quando não sejam convergentes com os seus objetivos processuais, como seguramente foi o caso,

beneficiando-se assim também a própria sociedade e o sistema de proteção de direitos da Constituição, em especial quando estão em causa interesses comunitários.

Todavia chamando atenção que, mesmo perante esta possibilidade teria de atuar “dentro dos limites do razoável, atendendo que se está perante um processo complexo, de natureza constitucional, incidental, que contempla a obrigação de representação por advogado – sendo o único que o artigo 53 da Lei se refere ao estabelecer que “Nos recursos a que se refere a alínea b) do artigo 51[que por sua vez remete a “processo de fiscalização concreta da constitucionalidade ou da legalidade”] e em qualquer outros processos de parte é obrigatória a constituição de advogado” – pressupondo, naturalmente, a partilha do jogo de linguagem respetivo e conhecimento da estrutura de justificação e arrazoamento típicos das decisões constitucionais .

2.3. Havendo a registar ainda o Acórdão 24/2018, de 20 de dezembro, [...], publicado pelo Boletim Oficial, I Série, nº 88, Sup., 28 de dezembro de 2018, pp. 11-25, tirado em sede de amparo com uma formulação geral nos termos da qual o Tribunal Constitucional, acolheu jurisprudência conforme a qual todas as suas decisões estão sujeitas a pedidos de reparação ao considerar que “são passíveis de reclamação e podem ser objeto de pedido de declaração de nulidade”. Por conseguinte, a resposta à questão de se saber se também as decisões de amparo estão sujeitas a pedido de aclaração é evidente, até porque não há qualquer particularidade em tal mecanismo que obste a que um recorrente possa ver esclarecidos determinados trechos que sejam obscuros ou ambíguos, nomeadamente porque terá sempre um interesse processual em acompanhar a execução que se faz da própria decisão, especialmente se estimatória do próprio pedido de amparo.

2.4. Assim, sendo de se aceitar que a figura do esclarecimento de decisão judicial também é compatível com a natureza do processo constitucional no geral e do recurso de amparo em particular, a etapa seguinte, considerando inexistir distinção nesta seara de fases diferentes para avaliar a existência de condições processuais de admissibilidade e o mérito do que o reclamante alega, seria de se analisar se estão preenchidos os pressupostos e requisitos habilitantes para se conhecer da douda reclamação que o recorrente trouxe ao conhecimento deste Tribunal.”

2. No que concerne aos pressupostos gerais, o acórdão acima mencionado considerou que: *“3.1. Em relação aos pressupostos processuais gerais e comuns, não exige muito concluir-se no sentido de que o Tribunal é competente, nomeadamente por aplicação da alínea a) do artigo 578 do Código de Processo Civil, no segmento que dispõe “requerer no tribunal que proferiu a sentença”, aplicável com as devidas adaptações linguísticas que resultam do artigo 629, segundo o qual “é aplicável ao tribunal de recurso o que se acha disposto nos artigos 575º a 579º”; no mesmo diapasão, legitimidade processual ativa estaria assegurada, considerando a expressão do mesmo dispositivo “Pode qualquer das partes”, ficando, no caso em apreço, por se averiguar se se observou o prazo de vinte e quatro horas previsto nos termos do n.º 3 do artigo 16.º da Lei do Amparo, que se transcreve: “O Despacho de inadmissibilidade do recurso transita em julgado nas vinte e quatro horas seguintes ao da sua notificação ao recorrente e à entidade recorrida e dele não há recurso.”*

A este propósito chama-se à colação o entendimento que se firmou sobre a integração de lacunas no quadro da lei sobre o Recurso de Amparo através dos Acórdãos n.ºs 2 e 7/2019, ambos de 31 de janeiro de 2019, já disponibilizados no site do TC e que se passa a transcrever:

“Na verdade, através do Acórdão 6/2017, de 21 de abril de 2017, publicado no Boletim Oficial, I Série, n.º 27, 16 de maio de 2017, o Tribunal Constitucional fixou o seu entendimento sobre a integração de lacunas nos seguintes termos:

“O legislador da Lei do Recurso de Amparo e Habeas Data, ciente e consciente da quase completude da regulação processual civil, aliás, paradigmática, no nosso ordenamento jurídico, seguindo a tendência dos demais direitos adjetivos, remeteu para a sua aplicação subsidiária, sempre que essa lei se mostrar insuficiente ou lacunosa. Contudo, esse processo não é nem automático nem completo e muito menos incondicionado. Ademais, na remissão deve-se levar em devida conta, a natureza do recurso de amparo, os princípios que lhe são inerentes e os princípios gerais do direito, portanto a necessidade de manter a coerência entre a regulação do Código de Processo Civil e a essência e necessidades do processo constitucional, cabendo ao Tribunal Constitucional fazer essa arbitragem. Por conseguinte, primeiro, a aplicação do Código de Processo Civil depende de uma triangulação com esse outro diploma. É, desde logo, se não houver disposição especial da Lei do Tribunal Constitucional que se pode recorrer ao Código

de Processo Civil. Chega-se da Lei do Amparo e do Habeas Data a este diploma ordinário por meio da Lei do Tribunal Constitucional, ao qual está associada ontologicamente.”

Portanto, perante uma lacuna da Lei do Amparo, não se pode aplicar automaticamente as disposições processuais civis.

Há que respeitar o seguinte procedimento: verificar, primeiro, se a questão não tem solução em termos do processo constitucional e, segundo, se as normas processuais civis pertinentes se mostram compatíveis com a natureza das questões constitucionais suscitadas. Parece ser esta a melhor interpretação do disposto no artigo 1.º da Lei do Amparo e do Habeas Data, segundo o qual “na falta de disposição especial, são aplicáveis aos processos regulados na presente Lei as disposições do Código de Processo Civil...”

3. No que diz respeito ao pedido de aclaração ou mesmo arguição de nulidade do acórdão que ponha termo ao recurso de amparo, por inadmissibilidade, o prazo encontra-se claramente fixado em vinte quatro horas: *“O despacho de inadmissibilidade do recurso transita em julgado nas vinte e quatro horas seguintes ao da sua notificação ao recorrente e à entidade recorrida e dele não há recurso,”* conforme o disposto no n.º 3 do artigo 16.º da Lei do Amparo. Pelo que, neste aspeto, essa lei é autossuficiente.

4. Vejamos, então, se foi respeitado o prazo estipulado naquele inciso.

O requerente foi notificado do Acórdão n.º 02/2019, de 31 de janeiro, no dia 06 de fevereiro de 2019, via correio eletrónico, pelas 15: 56 min (Cf. fls. 83). Apesar de a confirmação da notificação ter ocorrido a 07 de fevereiro de 2019, pelas 11:09 min, conforme fls. 98, o que prevalece é a data da expedição, a menos que o notificado tivesse ilidido a presunção, provando que a notificação não tivesse sido efetuada ou tivesse ocorrido em data posterior à presumida, por razões que não lhe fossem imputáveis, de acordo com o previsto nos n.ºs 6 e 7 do artigo 233.º do CPC. A entidade recorrida, o Tribunal Judicial da Comarca do Paul, foi notificada, através do ofício n.º 25/TC/2019, de 6 de fevereiro de 2019, por correio eletrónico, no dia 6 de fevereiro de 2019, pelas 15h 45mn.

O pedido foi remetido pelo correio, sob registo, ostentado a data de 08 de fevereiro de 2019, às 9h:20mn, (cf., fls. 127).

De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 55.º da Lei n.º 56/VI/2005, de 28 de fevereiro, conjugado com o n.º 2 do artigo 143.º do CPC, as peças processuais podem ser remetidas pelo correio, sob registo, valendo neste caso como data da prática do ato processual a da efetivação do respetivo registo postal, como resulta do Acórdão n.º 14/2018, de 28 de junho (publicado na I Série do Boletim Oficial n.º 49, de 22 de julho de 2018).

Assim sendo e, contanto o prazo a que se refere o n.º 3 do artigo 16.º da Lei do Amparo em horas, conclui-se que o pedido foi apresentado com algumas horas de atraso, ainda assim dentro do prazo em que o ato se considera validamente praticado, atendo o disposto no n.º 4 do artigo 138.º do CPC aplicável subsidiariamente ao caso *sub judice*.

5. Concernente à alegada omissão de pronúncia sobre o pedido de adoção de medidas provisórias, assim como havia sido decidido pelo Acórdão n.º 24/2018, de 20 de dezembro, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, nº 88, Sup., 28 de dezembro de 2018, pp. 11-25, tirado em sede de amparo com uma formulação geral nos termos da qual o Tribunal Constitucional, acolheu jurisprudência conforme a qual todas as suas decisões estão sujeitas a pedidos de reparação ao considerar que “*são passíveis de reclamação e podem ser objeto de pedido de declaração de nulidade*, é de se conhecer o pedido formulado, já que o requerente identificou a alegada omissão imputada ao acórdão reclamado.

5.1. Acontece, porém, que tal alegação não pode proceder.

Primeiro: o Tribunal não se pronunciou sobre aquele requerimento no âmbito do Acórdão n.º 02/2019, de 31 de janeiro, porque lhe era impossível fazê-lo, na medida em que esse acórdão foi proferido no dia 31 de janeiro de 2019, cerca das 9h:30mn, e o pedido para adoção de medidas provisórias deu entrada na Secretaria do Tribunal Constitucional, no dia 31 de janeiro, à 1h:30 min. Portanto, não se podia pronunciar-se sobre uma questão que não tinha sido colocada ao Tribunal, que nem sequer era de conhecimento oficioso.

Segundo, depois da junção do pedido aos autos, procedeu-se à notificação dos sujeitos processuais interessados, para no prazo de quarenta e oito horas, pudessem responder ao pedido formulado pelo requerente, nos termos do n.º 2 do artigo 15.º da Lei do Amparo.

Terminado o prazo para uma eventual reação dos sujeitos processuais, designou-se o dia 14 de fevereiro de 2019 como data para a realização julgamento desse incidente, incidente esse que não foi admitido pelas razões constantes do Acórdão n.º 08/2019, de 14 de fevereiro.

Terceiro, a omissão de pronúncia a que se refere a alínea d) do n.º 1 do artigo 577.º, só se verifica quando o Tribunal deixar de se pronunciar sobre questões que devesse conhecer, tendo todos os elementos para o fazer e no prazo previsto por lei.

No caso em apreço, contrariamente ao alegado pelo requerente, o Tribunal Constitucional apreciou o incidente em que se pedia a adoção de medidas provisórias, porém, não o admitiu pelas razões expressamente expostas naquele acórdão. Por conseguinte, não houve omissão de pronúncia.

Considera-se, pois, infundada a alegada omissão de pronúncia e, consequentemente, o Acórdão n.º 02/2019, de 31 de janeiro, não padece daquele alegado vício que o pudesse invalidar.

6. Além da improcedente imputação da omissão de pronúncia, o requerente alega que o recurso de amparo n.º 1/2018, contrariamente ao decidido pelo Acórdão n.º 02/2019, de 31 janeiro, foi apresentado no prazo legal, tendo apenas sido considerado extemporâneo porque o acórdão reclamado interpretou e aplicou erroneamente a norma do artigo 5.º, n.º 2, da Lei do Amparo.

É evidente que, com essas alegações, quis o requerente aproveitar-se da arguição de nulidade relativamente à alegada omissão de pronúncia para mostrar a sua inconformação com o sentido da decisão constante do acórdão que considerou extemporâneo o recurso de amparo que ele havia interposto. O Tribunal diria que o requerente quis interpor uma espécie de recurso de revista no âmbito de um recurso de amparo, à revelia da Lei que regula o Recurso de Amparo e das normas processuais civis subsidiariamente aplicáveis ao caso em apreço.

Ninguém é obrigado a concordar com as decisões jurisdicionais. Ou seja: a inconformação com as decisões proferidas em processos judiciais é um direito que assiste aos intervenientes processuais e que se materializa através das diferentes formas de impugnação.

Todavia, o direito ao recurso não pode ser ilimitado.

O sistema permite que se interponha recurso de certas decisões, mas também estabelece limites. Pois, num sistema onde o direito ao recurso fosse ilimitado, os princípios de segurança, certeza e estabilidade jurídicas decorrentes dos efeitos do caso julgado não teriam lugar. Mas isso situar-se-ia nos antípodas do sistema vigente em Cabo Verde.

Por isso, nos casos em que já não seja possível interpor mais recurso dentro da mesma espécie processual, como nas decisões do Tribunal Constitucional que ponham termo ao recurso de amparo, permite-se que, por via incidental pós-decisória, se possa, designadamente, arguir nulidade com base nas causas expressamente previstas no artigo 577.º do CPC - **Casos de nulidade da sentença:**

1. *É nula a sentença:*
 - a) *Quando não contenha a assinatura do juiz;*
 - b) *Quando não especifique os fundamentos de facto e de direito que justificam a decisão;*
 - c) *Quando os fundamentos estejam em oposição com a decisão;*
 - d) *Quando o juiz deixe de pronunciar-se sobre questões que devesse apreciar ou conheça de questões de que não podia tomar conhecimento;*
 - e) *Quando condene em quantidade superior ou em objecto diverso do pedido.*

É claro que a inconformação com o sentido de um acórdão que ponha termo ao recurso de amparo não pode ser considerada como causa de nulidade do aresto, sob pena de violação da norma acima transcrita.

Por conseguinte, a ninguém é permitido utilizar a arguição de nulidade de um acórdão que ponha termo ao recurso de amparo para manifestar inconformação com o sentido da decisão.

Apesar de não se ter pronunciado sobre a manifestação da inconformação com o sentido da decisão vertida no Acórdão n.º 02/2019 por parte do requerente, o Tribunal não podia deixar passar em claro a tentativa de se obter ganho de causa por via espúria.

III - Decisão

Nestes termos, os Juízes Conselheiros do Tribunal Constitucional, reunidos em Plenário, decidem indeferir o pedido de declaração de nulidade do Acórdão n.º 02/2019, de 31 de janeiro.

Registe, notifique e publique.

Praia, 14 de fevereiro de 2019

João Pinto Semedo (Relator)

Aristides R. Lima

José Pina Delgado

ESTÁ CONFORME

Secretaria Judicial do Tribunal Constitucional, aos 05 de março de 2019.

O Secretário,

João Borges